



Caderno de Formação

Certificação Participativa de Produtos Ecológicos

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas e organizações que tornaram possível a elaboração e publicação deste material. De forma especial aos grupos e associações de agricultores e consumidores que, através de seu trabalho, têm se dedicado na construção da agroecologia e da Rede Ecovida no Sul do Brasil.

Da mesma forma, agradecemos ao Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -CNPq pelos recursos aportados ao projeto: Certificação Participativa em Rede - Um Processo de Certificação Adequado à Agricultura Agroecológica Familiar no Sul do Brasil e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA através do projeto PNUD BRA 98/012, que propiciaram a elaboração e publicação deste material.

CADERNO de formação: certificação participativa de produtos ecológicos.
Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004, 48 p.

1. Certificação de produtos ecológicos. 2. Certificação. 3. Agroecologia. I. Rede Ecovida de Agroecologia.

Organização: Daniela de Oliveira e Luiz Carlos Rebelatto dos Santos (Coord.)

Colaboração: Cláudio Marques, Julian Perez, Laércio Meirelles, Paulo Mayer, Márcia Kuneski e Marcos José de Abreu

Coordenação de edição: Luiz Carlos Rebelatto dos Santos

Projeto gráfico e diagramação: Ariane Bröering Savi

Ilustrações: Hatsi do Rio Apa

Sumário

<i>Apresentação</i>	5	<i>Exemplo preenchido do formulário para requerimento da certificação</i>	29
<i>Certificação na Rede Ecovida</i>	7	I. Cadastro de produtor agroecológico	31
Certificação: Origem, definição, finalidades, formas e expressões	8	II. Descrição da propriedade	31
Princípios Gerais	9	1. Descrição da propriedade	31
Obtenção do Selo Ecovida	11	2. Desenho (mapa) da propriedade	32
Registros Necessários	12	3. Uso atual da propriedade	33
Monitoramento	12	4. Atividades desenvolvidas	33
Sansões	12	5. Descrição da propriedade (itens)	34
Aquisição e uso do Selo e da Logomarca Ecovida	12	5.1 Produção Vegetal	34
Orientações Gerais	12	5.2 Produção Animal	34
Orientações Específicas	13	5.3 Produtos e insumos	34
Impressão do selo em rótulos	13	5.4 Depósito de insumos e ferramentas	34
Outros usos do selo	14	5.5 Beneficiamento da produção (agroindústrias)	34
		5.6 Manejo da vegetação nativa e proteção das águas	35
		5.7 Manejo do Lixo	35
		5.8 Relações de trabalho	35
<i>Normas de Produção Ecológica da Rede Ecovida</i>	15	III. Comercialização dos produtos ecológicos	36
<i>Introdução</i>	16	IV. Transição para a propriedade 100% ecológica	38
Regras Gerais	16	Mudanças Gerais	38
Relações de trabalho	16	Plano de Conversão	39
Comercialização	16		
Produção vegetal e animal	17	<i>Glossário</i>	40
Manejo da propriedade	18	<i>Anexos</i>	42
Práticas desejadas no manejo das culturas e das criações	18	Anexo 1 - Produtos de Origem Vegetal	42
Conversão das propriedades	18	Produtos e técnicas de produção	42
Certificação dos produtos	18	Sementes e materiais de propagação	42
Uso de produtos e insumos orgânicos	19	Máquinas e equipamentos	42
		Produtos de atividades extrativistas	42
		1.1 Manejo dos solos	42
		1.2 Técnicas e produtos para proteção de cultivos	42
<i>Roteiro Orientador das visitas dos conselhos de ética</i>	20	Anexo 2 - Produtos de origem animal	43
Orientações Gerais	22	Condutas desejadas	43
1. Produção Vegetal	22	Técnicas permitidas	43
2. Produção Animal	23	Técnicas não permitidas	43
3. Insumos e ferramentas	23	Insumos externos	43
4. Beneficiamento da produção	23	Higiene e desinfecção	44
5. Manejo da vegetação nativa e proteção das águas	23	Anexo 3	
6. Visão de agroecologia da família	24	Produtos ecológicos processados	44
7. Manejo do Lixo	24	Matéria prima	44
8. Relações de trabalho	24	Aditivos	44
9. Sugestões dos participantes	24	Métodos de processamento	45
		Instalações e equipamentos	45
<i>Exemplos de processos de certificação participativa realizados em 2 núcleos</i>	25	Armazenagem e transporte	45
		<i>Anotações</i>	45
Núcleo Serra - Rio Grande do Sul	26		
Núcleo Sudoeste - Paraná	27		

Apresentação

Caros Companheiros e Companheiras Ecologistas:

Temos a grata satisfação de entregar-lhes a primeira versão oficial do **Caderno de Formação em Certificação Participativa de Produtos Ecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia**. Este caderno é resultado do trabalho de sistematização de uma nova metodologia de certificação que a Rede Ecovida está construindo a partir da geração de credibilidade resultante da formação contínua em agroecologia e da aproximação entre agricultores familiares ecologistas e consumidores - a *certificação participativa*.

Este material faz parte de uma série de cadernos de formação que a Rede Ecovida está elaborando com o objetivo de aprimorar e divulgar seu trabalho de fortalecimento e ampliação da agroecologia. Além deste, estão previstos os cadernos de organização e funcionamento da Rede e de comercialização solidária de produtos ecológicos.

Aqui descrevemos **os princípios e os fundamentos da Certificação Participativa**, quais **os passos para se obter o selo Ecovida** e quais são **as normas de conduta e produção** que os membros da Rede Ecovida se propõe a seguir. Apresentamos também **um roteiro** para ajudar nas visitas das Comissões e Conselhos de Ética, **exemplos** de como alguns núcleos estão trabalhando suas dinâmicas **de certificação**, bem como um **formulário de requerimento para certificação preenchido** como um modelo para auxiliar os demandantes pela certificação. Tudo isto é resultado daquilo que definimos em nossos Encontros Ampliados, plenárias e reuniões técnicas e de trabalho, além da prática de vários Núcleos Regionais que já estão promovendo a certificação dos grupos filiados.

Sempre é bom lembrar, que as normas que estão aqui descritas não surgiram de uma hora para outra, mas são fruto de um intenso debate entre os membros da Rede e desta com outros atores durante os diversos momentos que pudemos vivenciar. Entretanto, como este processo ainda está em construção, as realidades de cada região são diferentes e, de acordo com cada uma, novos detalhes e sugestões vão surgindo, o que permite o aperfeiçoamento contínuo de nossa metodologia de certificação.

Afinal, como diz Paulo Freire: *"O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um 'penso', há um 'pensamos'. É o pensamos que estabelece o penso e não o contrário. Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isso mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediador da comunicação."*

A certificação participativa pode contribuir para a valorização dos produtos ecológicos pois consiste num momento importante de reflexão sobre o trabalho dos grupos, que deve ser aproveitado para uma maior ecologização das propriedades e como forma de aprofundamento no desenvolvimento da agroecologia. Portanto, aqui está mais um desafio para nossos grupos, conselhos de ética, núcleos e toda Rede, na luta por um mundo mais justo, solidário e saudável.

Bom trabalho.

Luiz Carlos Rebelatto dos Santos
ORGANIZADOR

Rede Ecovida de Agroecologia,
Outono de 2004.



Capítulo 1



Certificação na Rede Ecovida

Certificação: Origem, definição, finalidades, formas e expressões

Ao contrário do que muitos pensam de que a certificação teve origem por exigência do mercado ou por imposição governamental, ela teve início no princípio do século XX na França, onde pequenos produtores de vinho pretendiam diferenciar suas bebidas daquelas produzidas em maior escala através de processos industriais. Assim, criaram critérios que hoje são parte da certificação de produto conhecidas como Marcas de Conformidade. Podemos citar: Denominação de Origem Controlada (DOC), Indicação Geográfica Protegida (IGP), Produto Orgânico, etc.

A certificação é o conjunto de procedimentos (observações, registros, análises e pareceres) desenvolvido a fim de garantir que certo produto, processo ou serviço **possui algum diferencial** caracterizado através de normas ou padrões pré-estabelecidos.

A finalidade da certificação é atribuir um diferencial ao produto, processo ou serviço a fim de obter vantagens.

Vantagens para os produtores:

- Agregar valor (“rótulo com algo mais”).
- Permitir a entrada em novos mercados.
- Diminuir a concorrência de produtos, processos ou serviços de menor qualidade.
- Estimular a melhoria contínua da qualidade.

Vantagens para os consumidores:

- Distinguir mais facilmente, pela marca, produtos de igual aparência e qualidades diferentes.
- Favorecer a economia de tempo e esforço.
- Fornecer segurança e garantia (compromisso público de qualidade).
- Garantir uma diversificação da oferta de produtos de qualidade.

A certificação pode, em alguns casos, ser facultativa ou voluntária, ou, em outros, compulsória ou obrigatória. Isto depende do país, do produto em questão, do processo envolvido e, por fim, da legislação pertinente.

A certificação pode ser de produto, processo, serviços e de pessoal (recursos humanos). A certificação de processo é aplicada ao empreendimento (empresa, indústria,...) e diz respeito à sua gestão corporativa. Já a certificação de produto refere-se à marca de conformidade, ou seja, reflete que o produto certificado é o resultado final de um processo produtivo que seguiu normas e padrões pré-estabelecidos e verificáveis. A certificação orgânica está inserida neste grupo.

Na tabela a seguir, podemos ver alguns tipos de certificação de produto ou marcas de conformidade.

Tipo de certificação	Diferencial do produto
Especialidade Tradicional Garantida	Matéria-prima e modo de preparo característicos
Denominação de Origem Controlada	Forte influência do clima, solo, raças, variedades e saber fazer sobre o produto.
Indicação Geográfica Protegida	Influência parcial do clima, solo, raças, variedades e saber fazer sobre o produto.
Orgânica	Produto produzido de acordo com as normas da agricultura orgânica.

Como a certificação é expressa? É dado ao produto um **atestado de conformidade** ou um **certificado** (selo no caso do produto) indicando em qual tipo de conformidade o produto se enquadra. Abaixo podemos ver alguns exemplos desta natureza.

Produto	Tipo de selo	O que indica?
Amendoim	ABICAB	Manipulação higiênica e sem aflatoxina
Café	ABIC	Pureza da matéria-prima.
Comida Vegetariana	NUTRIVEG	Ausência de proteína animal.
Massas	ABIMA	Produzido com ovos e não corante.
Produtos orgânicos	PRODUTO ORGÂNICO	Produzido de acordo com as normas da agricultura orgânica.

Princípios Gerais

É comum quando a gente vende os alimentos que produzimos, as pessoas nos perguntarem como fazemos, se é sem agrotóxico e outros produtos que fazem mal para a saúde, pois todos têm direito de saber o que estão comendo. É através da proximidade com o consumidor que nós construímos a credibilidade do produto ecológico, pois comercializamos aquilo que comemos um alimento saudável!

A Rede Ecovida acredita que a certificação deve ser o resultado da confiabilidade gerada por um amplo processo que se inicia com a consciência de cada produtor (agricultor, processador) em torno da necessidade de produzir sem destruir, isto é, com a natureza! Consciência esta que avança para a certeza de que sozinhos podemos fazer pouco, mas que unidos, em cooperação, construímos algo mais amplo e forte.

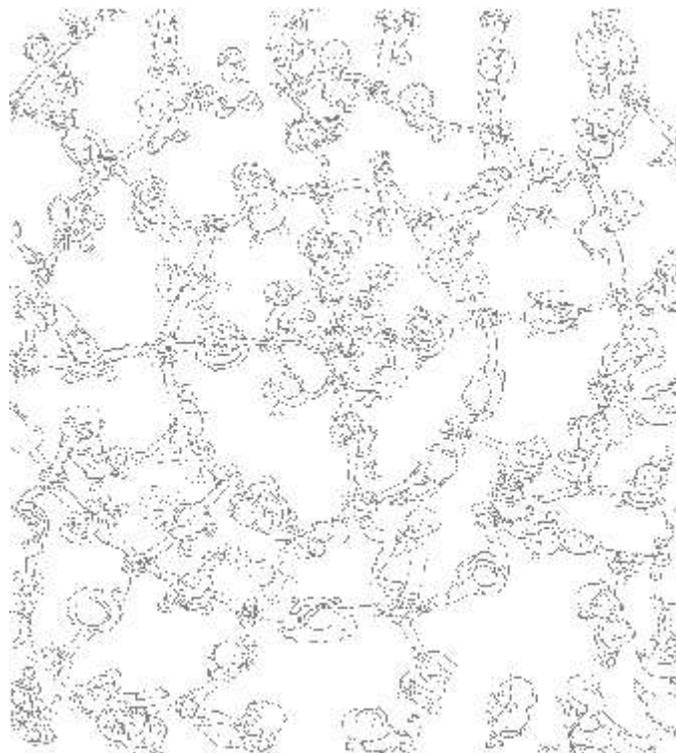
Esta união, permite que formemos grupos e associações nas comunidades e nos municípios, espalhando a agroecologia aos vizinhos e companheiros. Nos grupos podemos **trocar experiências** conhecer o trabalho do outro, ajudar, dizer como fazemos o nosso trabalho, sugerir um caminho que ajude a todos. Podemos realizar cursos, visitas de intercâmbio, reuniões e dias de campo e fazer uma agricultura que seja boa e alimente as nossas famílias e dos consumidores hoje, amanhã e sempre com alimentos de qualidade!

O que fazemos em nossa comunidade e município também está sendo feito em outros lugares, tanto na nossa região como fora dela. É claro que tem lugar que é mais frio, tem lugar que é mais quente... seco ou chuvoso... e que se produz coisas diferentes da nossa comunidade e, às vezes, de forma diferente, pois tem companheiro descendente de índio, de caboclo, de negro, de alemão, de italiano, cada um com seu jeitinho.

Mas esta diferença não quer dizer que um é melhor que o outro, quer dizer que é importante respeitarmos e valorizarmos os trabalhos e as características das regiões. Isto faz parte da Agroecologia! Então, para fortalecer o que fazemos é que criamos os **NÚCLEOS REGIONAIS**. Em cada um deles existe várias experiências de gente que produz, beneficia, vende e compra produtos ecológicos todos construindo a agroecologia e a solidariedade. E estes núcleos conectados entre si, formam a **REDE ECOVIDA**.

Dentro do núcleo regional todos podem participar ajudando a melhorar a qualidade dos produtos. Nós fazemos reuniões e visitas às iniciativas de produção e transformação, para que, através do conhecimento e da transparência, possamos construir a confiança.

Todos os núcleos fazem este processo e é assim que a **REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA** constrói a certificação, de forma **participativa**. Na certificação participativa - a obtenção das informações, a verificação do cumprimento das normas e o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos são realizados com o envolvimento dos agricultores e suas organizações, dos técnicos, das organizações de assessoria locais e regionais e dos consumidores.



Se a certificação por auditoria prima pela isenção, a certificação participativa prima pela participação do maior número e diversidade de atores possível. A certificação participativa apresenta algumas características próprias que a diferenciam da certificação por auditoria/inspeção em aspectos como:

Confiança



Esta é a base do processo. Parte do princípio que os agricultores, técnicos e consumidores desenvolvem suas ações de forma responsável e verdadeira com o objetivo de aprimorar a agroecologia. Todos, devidamente conscientes e capacitados, possuem as condições necessárias para atestar e melhorar a qualidade dos produtos ecológicos.

Participação



Acredita que a certificação pode se dar de forma participativa, ou seja, os princípios e normas construídos, são colocados em prática e verificados com o envolvimento efetivo dos agricultores e suas organizações, de técnicos, de organizações locais e regionais de assessoria e dos consumidores. Este trabalho não fica restrito aos técnicos “altamente” capacitados.

Descentralização



Respeita e prioriza as iniciativas e organizações locais, através da valorização de suas particularidades e capacidade própria de assumir as principais atribuições e responsabilidades na certificação e na garantia da qualidade.

Organização de base



Uma característica fundamental da certificação participativa é a sua ligação com a base, ou seja, com os grupos e associações de agricultores e com as organizações dos consumidores. Neste sentido, a participação do maior número de atores possível permitirá uma melhor compreensão e prática de todo o processo. Quanto mais dinâmico e organizado for o grupo, tão mais fácil será de trabalhar e gerar credibilidade.

Formação de Rede



Quando se mostra sem hierarquias, respeita as iniciativas regionais e busca estabelecer uma conexão entre elas através da construção de diretrizes e princípios comuns e o cumprimento mútuo de regras e procedimentos estabelecidos participativamente.

Transparência



As informações estão disponíveis e não são confidenciais no processo de certificação e da obtenção da qualidade.

Olhar externo



Garante a presença de pessoas e organizações não envolvidos diretamente com o processo produtivo que será certificado através da comissão ou conselho de ética, estabelecidos no grupo comunitário, articulação municipal ou no Núcleo Regional.

Adequação à pequena produção familiar



É adequada à realidade e características da agricultura e do empreendimento familiar, pois incentiva o trabalho associativo e as pequenas iniciativas de processamento e comercialização, além de simplificar os registros, fazendo com que a prática, o que é feito na propriedade ou agroindústria, “fale mais alto” do que os relatórios e os papéis.

Processo pedagógico



É importante que a certificação contribua para a melhoria da compreensão de todos os atores que participam da construção da agroecologia. Somente assim podemos tê-la como parceira na multiplicação do número de iniciativas agroecológicas e da oferta de produtos saudáveis. Acreditamos que a certificação participativa pode ser um processo educativo/pedagógico importante, por ser realizado pelas pessoas e organizações próximas à realidade local, que conhecem melhor a situação e podem contribuir nas mudanças necessárias.

Obtenção do Selo Ecovida

Para obter o selo da Rede Ecovida, é necessário seguir alguns passos mínimos estabelecidos pela rede. Cada núcleo pode aprimorar e tornar estes passos mais rígidos e/ou específicos.

Passos	Informações
Integrar-se à Rede Ecovida	A adesão à Rede Ecovida ocorre através do Núcleo Regional. Para mais informações, consulte o caderno de <i>Organização e Funcionamento</i> .
Solicitar a certificação ao Núcleo Regional	Para viabilizar a certificação, o Núcleo Regional deve estar formado e com seu Conselho de Ética em funcionamento.
Preencher o Formulário para Requerimento da Certificação	Para cada unidade produtiva (propriedade, área arrendada ou outra área) é preenchido um formulário (exemplo no capítulo 5). O Núcleo ou a Rede pode solicitar outros documentos.
Encaminha-los ao Conselho de Ética do Núcleo.	
Análise dos formulários pelo Conselho de Ética	Após análise, o Conselho de Ética poderá solicitar mais informações antes da visita.
Visita à propriedade ou agroindústria	O número de propriedades a serem visitadas fica a critério do Núcleo, devendo ser representativo à realidade do grupo. Sua escolha é de acordo com a necessidade observada pelo Conselho de Ética na análise dos formulários ou por sorteio. (mais informações no roteiro orientador das visitas no capítulo 3).
Parecer do Conselho de Ética	O parecer pode ser de aprovação ou de rejeição. Em ambos os casos, sugere-se que o Conselho de Ética aponte as melhorias necessárias na propriedade ou agroindústria.
Aprovação da certificação pelo NR	Com base no trabalho do Conselho de Ética, o Núcleo aprova a certificação e autoriza o uso do selo . O Núcleo também poderá emitir diplomas, atestados ou declarações para os membros certificados.

Registros Necessários

- Formulário para requerimento de certificação e plano de conversão preenchidos.
- Relatório de cada um dos membros do Conselho de Ética que fizeram a visita.
- Parecer conjunto do Conselho de Ética.
- Certificado do Núcleo aprovando a certificação.

Monitoramento

- O monitoramento da certificação deve ser realizado anualmente.
- O Conselho de Ética deve ter o planejamento (ou plano de conversão) apresentado como um instrumento de avaliação para a continuidade do uso do selo.

Sanções

No caso de haver suspeita de descumprimento das normas estabelecidas, deve-se acionar o Conselho de Ética do Núcleo Regional para que avalie o caso e emita parecer. Caso seja confirmado o descumprimento, os seguintes procedimentos serão adotados:

- Interrupção imediata do certificado e do uso do selo;
- Encaminhamento de orientação para as modificações nos procedimentos de produção ou beneficiamento, conforme parecer do Conselho de Ética;
- Aquele que perdeu o certificado Ecovida reaverá o mesmo quando solicitar ao Núcleo Regional sua nova certificação e ficar comprovado o cumprimento das normas, em especial as mudanças propostas anteriormente;
- A reincidência no descumprimento das normas será avaliada pelo Núcleo.

Aquisição e uso do Selo e da Logomarca Ecovida

Orientações Gerais



- O Selo é o certificado colocado nos produtos dos membros da Rede Ecovida que passaram pelo processo de certificação participativa. O seu uso é restrito aos produtos ecológicos oriundos de propriedades certificadas;



- Já a logomarca simboliza a Rede como um todo e pode ser utilizada por todos seus membros em camisetas, bonés, publicações, etc;

- Deve-se evitar ao máximo a confusão perante o consumidor entre a logomarca e o selo, de forma a garantir a ética e a idoneidade do processo de certificação;
- As organizações membros da Rede devem se empenhar no esclarecimento perante os consumidores sobre o processo de certificação participativa, bem como o que o selo da Rede simboliza; deixando claro, também, a diferença entre fazer parte da Ecovida e ser certificado pela mesma.

Orientações Específicas

Passos	Informações
Pedidos de selo	<p>Os pedidos de selo deverão ser feitos pelos Núcleos ao Conselho de Certificação. O pedido de selo deverá ser feito por escrito, assinado pelo coordenador do núcleo, e passando por fax (juntamente com o comprovante de pagamento) para o Conselho de Certificação no Tel (46) 524 2488.</p> <p>Não serão aceitos pedidos individuais de selo ou mesmo de grupos de agricultores.</p> <p>Os pedidos e as quantidades deverão ser feitos nas reuniões dos núcleos, para que estes façam o pedido para todos os grupos.</p> <p>É permitido aos núcleos fazerem pedidos prevendo uma reserva de selos numa quantidade maior que aquela solicitada pelos grupos, para algum imprevisto.</p>
Cálculo de quantidade de selos	<p>Com base na perspectiva de produção e de comercialização, cada membro/grupo que está demandando a certificação, calcula a quantidade de selos que necessitará em determinado período.</p>
Época dos pedidos	<p>Sugere-se que os pedidos de selo sejam realizados na primeira quinzena dos meses de JANEIRO, ABRIL, JULHO, e OUTUBRO, sendo que o envio será feito até o final desses meses.</p>
Pagamento	<p>O pagamento do selo deve ser realizado pelos grupos demandantes e o depósito realizado pelo Núcleo no Banco do Brasil Agência: 0616-5 - Conta Corrente n.º 34.551-2.</p> <p>As despesas de envio correrão por conta dos grupos interessados.</p>

Impressão do selo em rótulos

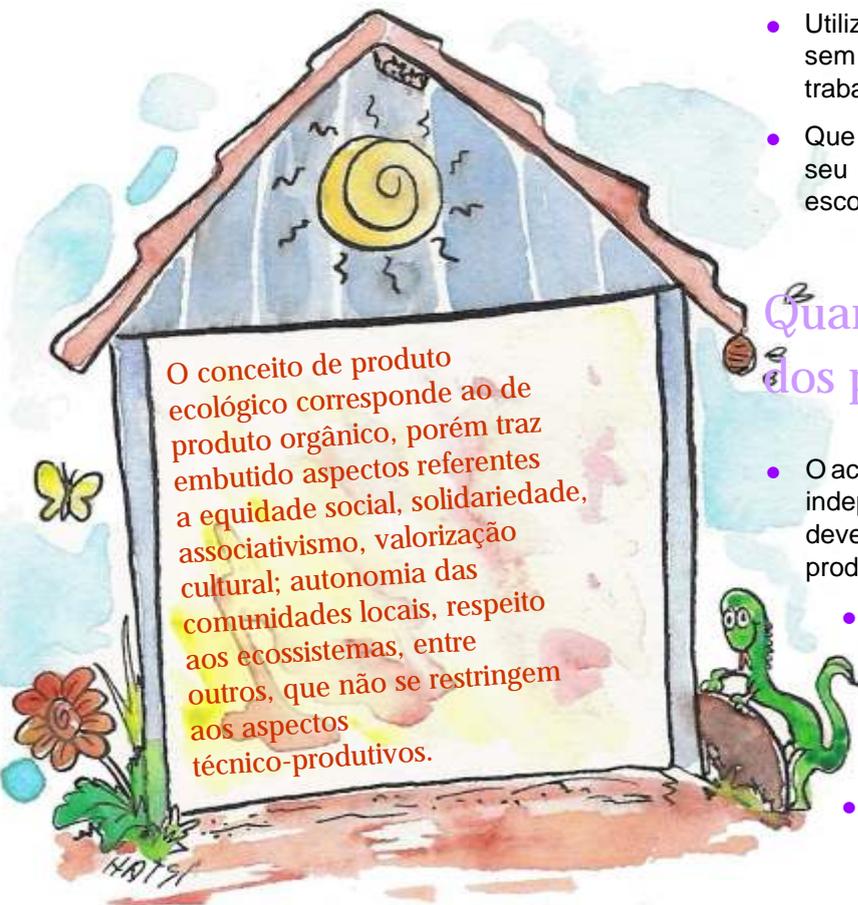
Passos	Informações
O membro interessado solicita o arquivo com o selo padronizado	<p>A solicitação pode ser feita ao Núcleo ou ao Conselho de Certificação da Rede. O objetivo aqui é ter acesso ao selo para confeccionar o rótulo.</p>
O interessado elabora o rótulo	<p>É de inteira responsabilidade do interessado a elaboração do rótulo do(s) seu(s) produto(s) com o selo. Sugere-se a ajuda de alguém que tenha experiência neste trabalho.</p>
O interessado envia a amostra do rótulo ao Conselho de Certificação para avaliação	<p>Aqui prevalecerá o bom senso e o compromisso de preservar a arte original do selo da Rede Ecovida.</p>
Conselho emite o parecer	<p>Este pode ser de aprovação ou de sugestão de modificações.</p>
O interessado envia para o Núcleo o pedido do uso do selo com a cópia de cada rótulo e a quantidade a ser impressa	<p>Para controle do número de impressões, deve-se fornecer as informações relativas à quantidade e os referidos produtos que serão rotulados ao Núcleo.</p>

Introdução

As Normas de uma organização são o conjunto de regras pelas quais os membros desta organização devem se orientar. Um bom exemplo são os estatutos e regimentos internos dos grupos/ associações/ cooperativas. As Normas de Produção Ecológica, são o conjunto de regras de produção pelas quais, nós da Rede Ecovida, devemos nos orientar para podermos afirmar que o nosso produto é um **Produto Ecológico**.

As Normas da Rede Ecovida que se seguem estão baseadas na Instrução Normativa nº 007, que foi construída por um esforço conjunto de várias organizações do campo da agricultura orgânica e da agroecologia e proposta pelo Ministério da Agricultura em 1999, e pelas idéias e ideais de produto ecológico construídas pelos participantes do 3º Encontro Ampliado da Rede ECOVIDA, realizado em maio de 2001 em Francisco Beltrão/PR. Neste Encontro os membros da Rede Ecovida decidiram que o produto ecológico é aquele que vai além das normas técnicas de produção vegetal, animal e de processamento; pois deve também respeitar os princípios e os objetivos da Rede Ecovida de Agroecologia no tocante à inclusão social, ao respeito ao meio ambiente, e a produção de alimentos saudáveis, entre outros.

Apresentamos assim, além das normas de produção ecológica, um conjunto de condutas relacionadas à ética e à solidariedade que devem estar presentes nas relações que se estabelecem entre as pessoas e com a natureza, durante o processo de produção e de comercialização.



Regras Gerais

- A Rede se pauta pelo incentivo à Agroecologia por seus méritos próprios (sustentabilidade, protagonismo do agricultor, etc) e não pela existência de um mercado diferenciado;
- A soberania alimentar consiste num elemento básico para a sustentabilidade;
- A produção, industrialização e comercialização dos produtos deverão ser feitas sem exploração de trabalhadores, consumidores e fornecedores, bem como da natureza;
- Deve-se buscar a participação igualitária entre homens e mulheres, jovens e adultos na construção dos processos e nas tomadas de decisões;
- A cooperação e a participação são elementos centrais em todos os processos gerados no âmbito da Rede;
- A inclusão de novos associados, visando integrar um número crescente de parceiros neste projeto de sociedade, deve ser uma preocupação constante dos integrantes da Rede.

No que se refere às relações de trabalho, é preciso:

- Promover e desencadear processos que utilizem e valorizem a mão-de-obra familiar;
- Utilizar a mão-de-obra, seja da família, seja contratada, sem exploração, respeitando-se os direitos dos trabalhadores;
- Que o trabalho de jovens e crianças, não comprometa o seu desempenho escolar e a sua permanência na escola.

Quanto à comercialização dos produtos, objetiva-se:

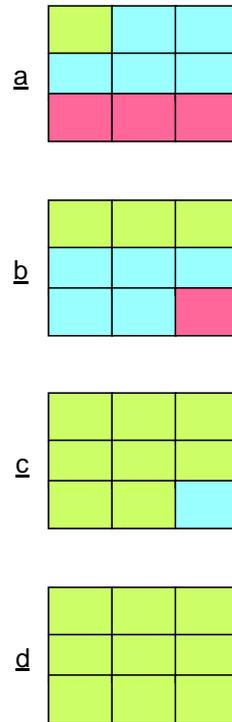
- O acesso de toda a população aos produtos ecológicos, independente do nível de renda. Para isto os produtos devem ser ofertados a preços que sejam justos ao produtor e acessíveis aos consumidores;
- O estabelecimento de relações mais próximas entre agricultores e consumidores através de formas de comercialização que priorizem a venda direta e/ou que reduzam ao máximo as intermediações;
- A valorização e priorização no atendimento ao mercado interno.

No que se refere à produção vegetal e animal, são princípios fundamentais:

- A recuperação e a conservação dos recursos naturais da propriedade;
- Que os cultivos e as criações não sejam realizados somente através da troca de produtos não permitidos por aqueles que são permitidos, mas, principalmente, por um manejo que busque a minimização do uso de recursos externos e se baseie na capacidade de produção dos recursos naturais renováveis locais.
- Que os cultivos sejam adaptados ao ambiente e não o ambiente adaptado aos cultivos, através de transformações que exijam a constante utilização de insumos.
- Que áreas e criações já convertidas para a produção ecológica não retornem a produção convencional. Ou seja, devemos buscar a ecológização constante e progressiva das propriedades. Esta visão deve respeitar os diferentes ritmos de adoção de mudanças oriundos de cada realidade técnica, ecológica, econômica ou mesmo psicológica. Em outras palavras, cada agricultor possui um ritmo para a transição e isto deve ser respeitado. O importante é a ecológização constante e progressiva das propriedades e a manutenção do bem criado. Veja os exemplos ao lado:

CASO 1

Ecologização constante e progressiva.

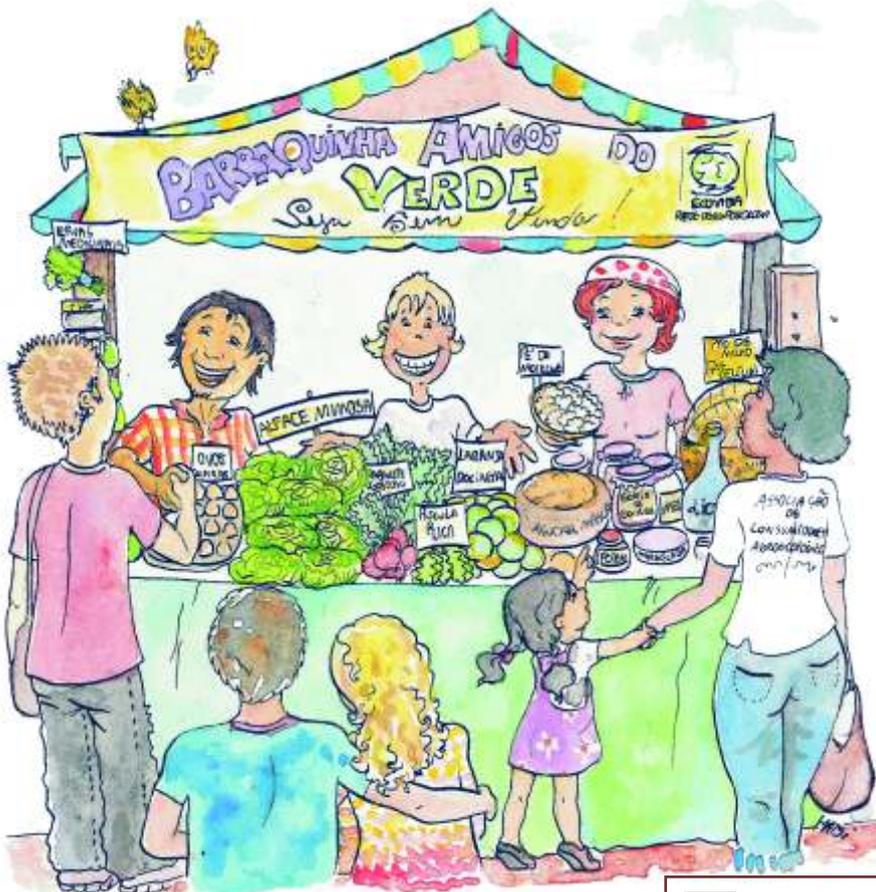
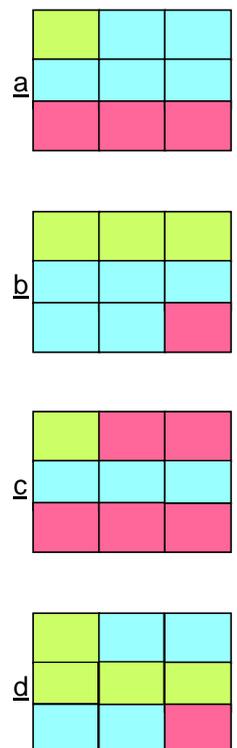


No **caso 1** é possível verificarmos o processo de ecológização constante e progressiva da propriedade, pois a cada ano o agricultor incorpora novas áreas ao cultivo ecológico e áreas já convertidas não retornam ao cultivo convencional.

CASO 2

Não ocorre a ecológização constante e progressiva.

No **caso 2** não é possível verificarmos o processo de ecológização constante e progressiva da propriedade, pois a cada ano o agricultor cultiva produtos ecológicos em diferentes áreas da propriedade e áreas já convertidas voltam ao cultivo convencional.



Regras gerais para o manejo da propriedade:

- Buscar uma redução constante da dependência de recursos externos à propriedade;
- Ter no mínimo 20% da área com mata nativa, reflorestada ou com plano e metas de execução de reflorestamento dessa percentagem.
- Ter nascentes, fontes, rios e córregos, protegidos por mata ciliar com metragem compatível ao tamanho dos cursos d'água, ou com planos de metas para realizar a proteção.
- Manejo adequado do lixo não degradável como plásticos, sacolas, mangueiras, etc,
- Resgate e proteção da biodiversidade;
- O manejo ecológico de pastagens.
- Seja evitado o trânsito de máquinas e implementos entre as diferentes áreas e a utilização dos mesmos equipamentos nos cultivos orgânicos e convencionais;
- As áreas destinadas ao cultivo ecológico não retornem ao cultivo convencional. Caso isto ocorra à produção de tal propriedade corre o risco de perder a certificação.

Práticas desejadas no manejo das culturas e das criações:

- Adotar práticas que controlem e conttenham a erosão do solo, como plantio direto e/ou cultivo mínimo;
- Implantar sistemas de cultivo que integrem a produção de alimentos com a vegetação nativa (Sistemas Agroflorestais);
- Integrar entre a produção animal e a produção vegetal;
- Fazer rotação e consorciação de culturas;
- Manter e incrementar a matéria-orgânica dos solos;
- Utilizar quebra-ventos.

Conversão das propriedades:

A certificação da produção ecológica de propriedades em conversão é permitida desde que:

- No plano de conversão seja previsto a ecologização progressiva da propriedade agrícola. O tempo de conversão deverá ser estabelecido em comum acordo entre o agricultor e o Núcleo Regional, devendo este tempo ser definido em função das características sócio-econômicas e ambientais de cada região e de cada propriedade.
- Exista uma separação clara entre as áreas de cultivo ecológico, não ecológico e áreas em transição.

Certificação dos produtos:

Para que um produto receba a denominação de ecológico este deverá ser proveniente de um sistema de cultivo no qual tenham sido aplicadas as Normas de Produção Ecológica, por um período de 18 meses. Este poderá ser ampliado ou reduzido pela Rede Ecovida em função do uso anterior e da situação ecológica da unidade de produção, desde que julgada a conveniência.



Uso de produtos e insumos orgânicos

Atualmente tem sido muito grande a oferta de produtos comerciais para uso na produção ecológica. Para usarmos estes produtos devemos observar algumas considerações:

- Para fins de certificação, os insumos e produtos comerciais utilizados na produção, beneficiamento e distribuição que não estão contidos nos respectivos anexos como produtos liberados, deverão receber a devida autorização do Comitê Técnico da Rede.
- Mesmo que o produto seja liberado pelo Comitê Técnico, cada núcleo regional tem autonomia para não permitir a sua utilização. Para isso, é importante que o núcleo saiba avaliar se ao usarmos um determinado produto estaremos sendo coerentes com os nossos princípios e objetivos. Assim a avaliação do produto deve ser realizada observando-se vários aspectos:

a) Em relação ao meio ambiente:

- Que o produto seja de origem orgânica ou mineral.
- Que saibamos exatamente qual sua forma de uso, sua carência e quais os cuidados que devemos ter ao utilizá-lo.
- Que o produto tenha baixa permanência no ambiente, ou seja que seja rapidamente decomposto pela luz ou por microorganismos.
- Que o produto tenha efeito sobre o menor número possível de organismos: insetos, fungos, bactérias.
- Que não deixe resíduos no ambiente.
- Que não deixe resíduos no alimento.
- Que se conheça a sua composição.

b) Em relação ao processo de ecologização constante e progressiva das propriedades:

- O uso de determinado produto não pode nos fazer regredir no processo de tornar a nossa propriedade mais ecológica. Exemplo:
 - a) Se insetos e fungos na produção de verduras podem ser prevenidos através do manejo adequado do solo e da adubação utilizada, estaremos regredindo se deixarmos de manejar corretamente o solo e este manejo inadequado nos trazer a necessidade de utilizar produtos orgânicos comerciais no controle de insetos e doenças.
 - b) Sabemos que o controle de ervas prejudiciais às culturas inicia-se pelo manejo adequado dos solos, no qual devemos buscar melhorar a qualidade do solo: adubação verde, manutenção da palhada, rotação de culturas, manejo adequado dos estercos. Estaremos regredindo se deixarmos de nos preocupar com a qualidade do nosso solo e com isto tivermos que lançar mão de herbicidas orgânicos.
- Que o uso dos produtos seja um alerta de que alguma coisa no manejo utilizado ou na variedade escolhida não está correto.
- Que o uso dos produtos seja em caráter provisório ou seja que busquemos sempre o controle dos problemas através do manejo adequado e de técnicas e produtos que possam ser adquiridos nas propriedades ou elaborados pelo agricultor.
- Que realmente seja necessário o uso do produto.

c) Critérios econômicos

- Que o produto não gere dependência econômica
- Que o produto não estimule a privatização do lucro e do conhecimento. Ou seja que o benefício econômico por ele gerado não se concentre em poucos, mas que seja distribuído a muitos.
- Que não torne o produto final mais caro.

d) Em relação à saúde do agricultor e dos consumidores:

- Que o produto não traga perigo à saúde nem de agricultores, nem de consumidores.



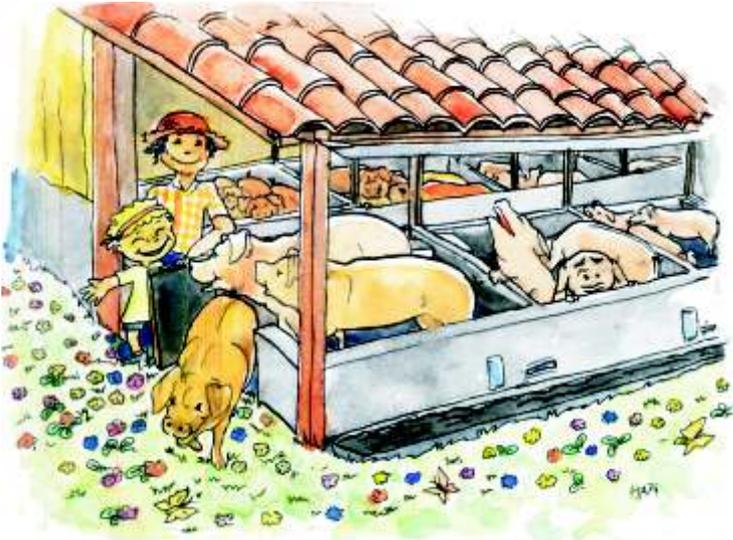
Capítulo 3

Roteiro orientador das visitas dos conselhos de ética



2. Produção Animal

- Tipo e origem da alimentação (ração, trato, pasto, existe rodízio de pastagens, etc.) Quanto da alimentação animal é ecológica e quanto é convencional?
- Quais os tratamentos sanitários utilizados na produção animal?
- Qual o tratamento e o destino dos resíduos (estercos das criações). Este destino é adequado?
- Diversidade de criações e raças.
- Bem estar animal (sistema de criação solto, confinamento, alimentação, possibilidade dos animais circularem e se movimentarem, etc.)
- Condições das instalações como estábulo, chiqueiro, galinheiro (limpeza, adaptação de estruturas, ventilação, etc.)
- Integração entre a produção animal e vegetal (aproveitamento de esterco, rotação de piquetes, etc.).



3. Áreas destinadas ao depósito de insumos e ferramentas:

- Observar se há separação de materiais que são utilizados para a atividade ecológica e para a convencional;
- Observar principalmente se o pulverizador é utilizado para ambas as atividades.



4. Áreas destinadas ao beneficiamento da produção (agroindústrias):

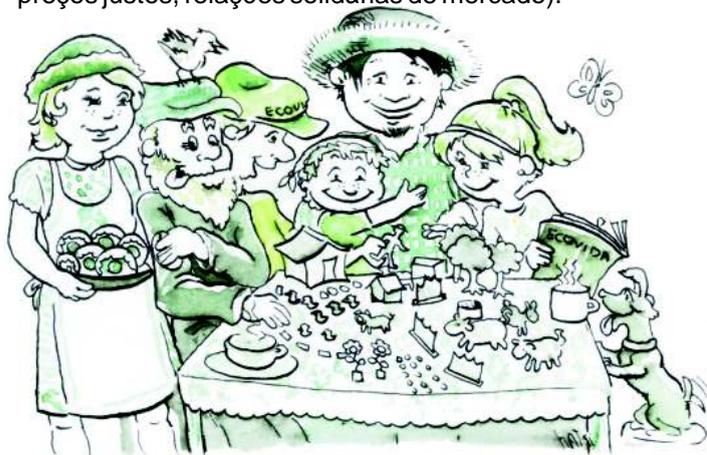
- Na agroindústria ocorre a produção de produtos não ecológicos? Como é feita a separação dos produtos ecológicos e dos convencionais durante a fabricação? E a limpeza dos equipamentos, como é realizada?
- Na fabricação de produto ecológico é utilizado algum ingrediente não produzido ecologicamente? Qual a porcentagem?
- Observar as condições de higiene do local e quais os materiais que são utilizados para a limpeza?
- Tipos de embalagens utilizadas (plásticos, vidros, etc.)
- Rótulos (que informações constam nos rótulos)
- Como é feito o tratamento e o qual o destino dos efluentes?
- Qual o tratamento e qual o destino do lixo orgânico gerado durante o processamento?

5. Manejo da vegetação nativa e proteção das águas

- Quanto da área da propriedade é coberta por vegetação nativa?
- Segundo as normas da Rede Ecovida 20% da propriedade deve ser coberta por vegetação nativa (norma baseada no código florestal federal). Qual o plano de recuperação da vegetação nativa na propriedade?
- Como as fontes e nascentes estão protegidas? Qual o plano de recuperação da vegetação nativa entorno das fontes e nascentes?

6. Visão de agroecologia da família

- Soberania alimentar (se a família consegue garantir sua própria alimentação e sustento com sua produção, se depende muito de compras externas, etc.)
- Processo de organização do grupo (reuniões, atividades conjuntas, envolvimento com outras organizações e movimentos).
- Preocupação e ocupação com a comunidade local (envolver mais famílias, divulgar a proposta).
- Preocupação com consumidores (qualidade dos produtos, preços justos, relações solidárias de mercado).



7. Manejo do Lixo

- Qual o tratamento/destino do lixo seco produzido na propriedade?
- Qual o tratamento/destino dos efluentes líquidos (Esgoto da cozinha e do banheiro) Produzido na propriedade?

8. Relações de Trabalho

- Quem trabalha na propriedade?
- Se os trabalhadores possuem boas condições de trabalho e se são remunerados de forma adequada.
- No caso de acidentes de trabalho de que forma a família se responsabiliza pelo trabalhador?
- No caso de crianças e adolescentes estas estão na escola? O trabalho na propriedade compromete de alguma forma o desempenho e a permanência destes na escola?
- Divisão do trabalho dentro da família (o que o homem, a mulher e os filhos realizam, participação de jovens e mulheres nas decisões);
- Se as crianças e jovens tem condições de estudar;
- Se existem trabalhadores de fora da propriedade e qual suas condições de trabalho;

9. Demais sugestões feitas pelos participantes

Assinam este presente roteiro, nesta data / / .:

Grupo:
Nome:
Assinatura:

Capítulo 4



Exemplos
de processos
de certificação
participativa
realizados
em 2 núcleos

NÚCLEO SERRA - Rio Grande do Sul

1. Passos para obtenção do selo:

Passos	Quem faz	Documento Gerado
1. O grupo oficializa o pedido de certificação em reunião do Núcleo	- Grupo que demanda a certificação.	- Registro no livro de atas do núcleo.
2. Análise dos formulários	- Conselho de ética do núcleo.	- Parecer do Conselho.
3. Ocorre a visita às propriedades (propriedades sorteadas)	- Conselho de ética do núcleo.	- Relatório dos conselheiros.
4. Reunião de auto-avaliação do grupo	- Comissão de ética do grupo; - Conselho de ética do núcleo; - Assessoria.	- Relatório.
5. Reunião de planejamento	- Grupo que demanda a certificação; - Assessoria.	- Relatório de planejamento do grupo.
6. Autorização	- Conselho de ética do núcleo; - Coordenação do núcleo.	- Declaração assinada pelos: - Conselho de ética do núcleo; - Coordenação do núcleo; - Assessoria.

2. Monitoramento da certificação:

O monitoramento tem como objetivo avaliar o andamento dos encaminhamentos apontados pelo grupo.

Passos	Quem faz	Quando	Documento Gerado
Visitas às propriedades sorteadas	- Comissão de ética do grupo que demanda a certificação; - Conselho de ética do núcleo; - Assessoria.	Um (1) ano após a certificação.	Relatório dos conselheiros.
Reunião de avaliação	- Grupo que demanda a certificação; - Conselho de ética do núcleo; - Assessoria.	No mesmo momento das visitas (a visita e a reunião são processos complementares).	Relatório.

NÚCLEO SUDOESTE - Paraná

Passos

Documento Gerado

Quem faz

Passos	Documento Gerado	Quem faz
1. Grupo/e ou famílias interessadas na certificação oficializam pedido de certificação	- Registro no livro de atas do núcleo.	- Grupo interessado na certificação ou famílias que já cumpriram período de conversão e estão dentro das normas da rede.
2. Preenchimento do formulário de certificação	- Cadastro da família e parecer do núcleo a partir do cadastro- estes dois passos podem ser feitos num momento só.	- A família que solicita a certificação.
3. Visitas às propriedades que solicitaram certificação	- Relatório simples destes participantes.	- Comissão de ética do município, comissão de ética do grupo, conselheiro do município e assessoria.
4. Reunião de auto-avaliação e planejamento de ações	- Relatório da reunião, constando limites e potencialidades do processo e sugestões de melhorias que devem ser implementadas, bem como prazos a serem cumpridos.	- Todos, no final do dia.
5. Autorização do uso do selo	- Pode ser uma declaração assinada pelo núcleo ou somente um registro no livro de atas. (até o momento é somente um registro no livro de atas, pois não houve necessidade de declaração).	- O conselho de ética, junto com a assessoria e o conselheiro do município, pode autorizar o uso do selo na própria reunião, desde que avaliado que não há maiores empecilhos ao processo. Caso contrário, se dará prazos de execução de melhorias e a autorização somente sairá com uma próxima reunião do conselho de ética e com aprovação do núcleo. O que normalmente tem ocorrido é que na reunião do núcleo estes passos já foram dados, sendo que o conselheiro e assessoria trazem o relato da situação de cada grupo ou de famílias, permitindo que o núcleo como um todo se manifeste. Todos os grupos certificados são bem acompanhados pelas entidades da região, o que permite uma avaliação mais precisa.

Capítulo 5



**Exemplo
preenchido
do formulário
para requerimento
da certificação**



Associação ECOVIDA de Certificação Participativa
Rodovia Admar Gonzaga 1346 CCA/Ufsc
CEP: 88.040-900 Itacorubi Florianópolis/SC
Fone: (48) 334 3176 - luiz@ecovida.org.br

FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DA CERTIFICAÇÃO

Não Preencher

Código do Projeto:
Aprovação da Certificação: () S () N
Considerações gerais:

Jonas Silveira

Solicitante à Certificação

Representante do Conselho de Ética do Núcleo

Coordenador do Núcleo Regional

Coordenador do Conselho de Certificação

Data e local

Preenchimento dos dados: Invernada - 15/08/2003.
Parecer final do Conselho de Ética Núcleo Regional:
Parecer final do Conselho de Certificação:

ATENÇÃO LEIA BEM AS NORMAS DE PRODUÇÃO ANTES DE PREENCHER

I. CADASTRO DE PRODUTOR AGROECOLÓGICO

Nome do agricultor: Jonas Silveira
 Data de nascimento: 25/02/1961 RG: 1.121.111 CPF: 111.101.111/01
 Cadastro de produtor Rural: 0013275-4
 Nome do cônjuge: Maria R. Silveira.
 Data de nascimento: 04/10/1965
 Número de filhos: 03
 Endereço: Invernada, São Lucas.
 Linha ou Comunidade: Invernada.
 Município: São Lucas CEP: 55080-000 Estado: Santa Catarina
 Fone: (44) 323-2211 Fax: E-mail:
 Grupo/associação/cooperativa a que pertence: Grupo Floresta
 Núcleo Regional Ecovida ao qual pertence: Núcleo Regional Litoral Catarinense

II. DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE

1. Descreva a sua propriedade (histórico, localização, produção, solo, mata, vento,)

A propriedade foi adquirida há cerca de 60 anos atrás. No início fazíamos roça com derrubada da mata e queimadas. Há 40 anos iniciamos a plantação de fumo, a qual paramos há 10 anos por problemas de intoxicação com agrotóxicos.

A partir daí iniciamos uma nova forma de produzir, implantamos e resgatamos o antigo pomar, aumentamos o plantel de gado e iniciamos a produção de hortaliças e demais culturas para subsistência.

O solo é bastante argiloso e de fácil compactação. Quanto à fertilidade, se bem manejado, responde bem às melhorias. Entretanto, em algumas áreas está bastante degradado.

A propriedade faz divisa com 2 pequenos riachos, um na frente e outro nos fundos. A água utilizada para consumo vem de uma nascente no meio da mata.

A propriedade conta com cerca de 5 ha de mata que será preservada.

Os ventos predominantes vêm do sul e o terreno apresenta leve ondulação com grande área de várzea.

2. Faça um desenho (mapa) de sua propriedade.

Observações a respeito deste desenho:

a) Separe as áreas de acordo com o tipo e manejo de cultivo/atividade, dando um número para cada uma delas.

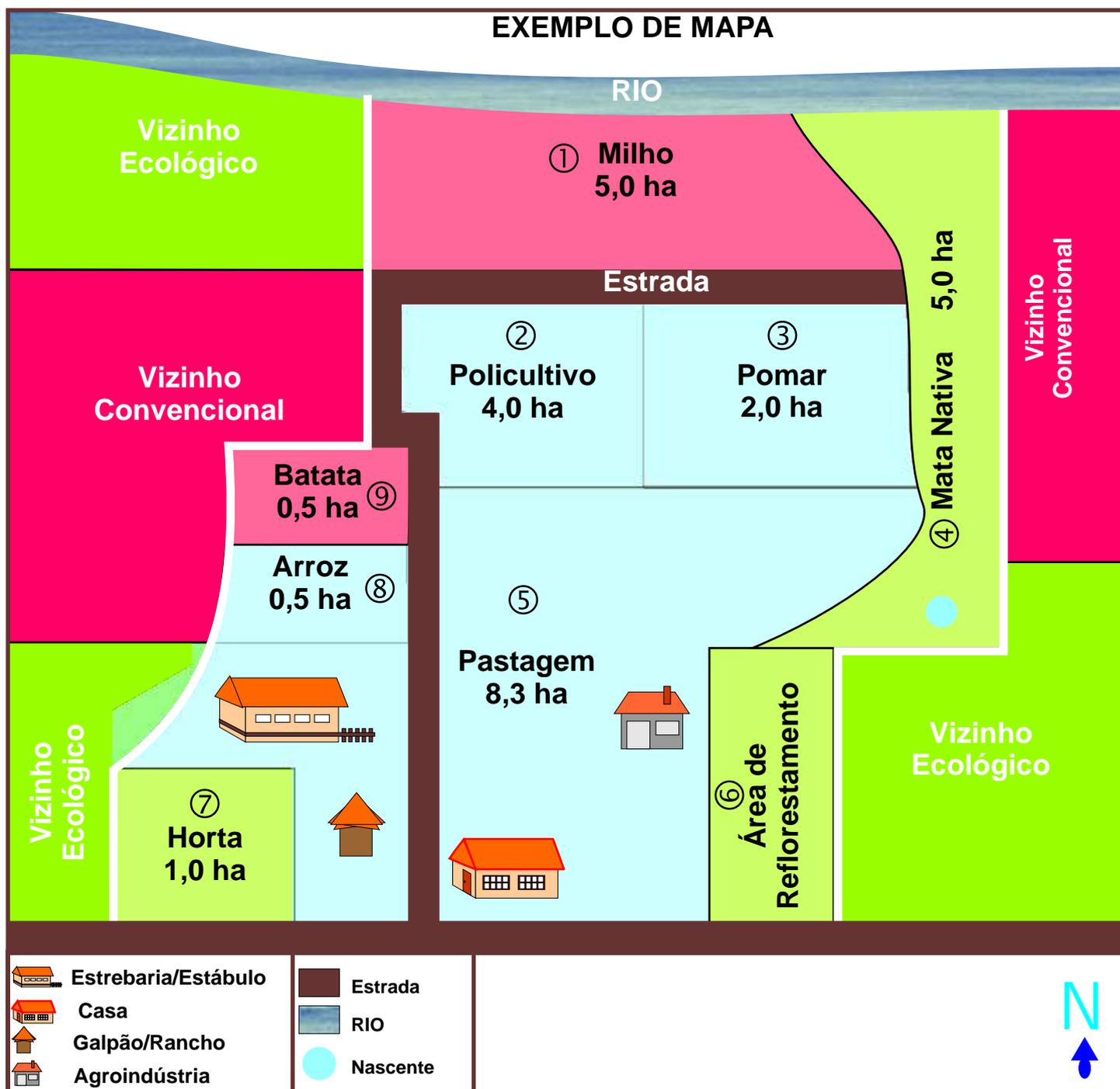
b) Pinte de **verde** se o manejo for **ecológico** (área com prática agroecológica há mais de 18 meses), de **azul** as áreas em **transição** (sem agrotóxicos e adubos químicos e com práticas agroecológicas há menos de 18 meses) e de **vermelho** as áreas **convencionais** (ainda com uso de agrotóxicos e/ou adubos químicos).

c) Neste mapa é importante que você tente localizar a sua propriedade em relação à de seus vizinhos. Assim, desenhe as áreas localizadas ao redor da sua propriedade e indique (pinte) se elas são **ecológicas**, em **transição** ou **convencionais**.

d) Marque neste mapa qual a área que você cultiva e as áreas em torno deste cultivo. Se ao redor desta área houver produção convencional, elas devem ser indicadas, bem como o isolamento das mesmas.

e) Se você tem mais de uma propriedade faça o croqui de cada uma delas (use um formulário para cada).

f) Se você tem cultivo em parte de outra propriedade (por exemplo: área arrendada) esta propriedade também deve ser desenhada.



3. Uso atual da propriedade Legenda (tipos de cultivo e manejo)

CULTIVO ECOLÓGICO - ÁREAS EM VERDE

ÁREA		ÉPOCA	
Nº	Hectares	INVERNO (abril a setembro)	VERÃO (outubro a março)
2	4,0	Consórcio de culturas	Consórcio de culturas
4	5,0	Mata nativa	Mata nativa
6	2,2	Reflorestamento-Eucalipto	Reflorestamento-Eucalipto
7	1,0	Horta	Horta
Total	12,2		

CULTIVO EM TRANSIÇÃO - ÁREAS EM AZUL

ÁREA		ÉPOCA	
Nº	Hectares	INVERNO (abril a setembro)	VERÃO (outubro a março)
3	2,0	Pokan, laranja, kiwi	Pokan, laranja, kiwi
5	8,3	Pastagem	Pastagem
8	0,5	Descoberto	Arroz de sequeiro
Total	10,8		

CULTIVO CONVENCIONAL - ÁREAS EM VERMELHO

ÁREA		ÉPOCA	
Nº	Hectares	INVERNO (abril a setembro)	VERÃO (outubro a março)
1	5,0	Descoberto	Milho
9	0,5	Batata	Descoberto
Total	5,5		

4. Atividades desenvolvidas e suas respectivas áreas:

- Lavouras anuais: **11,0** ha
- Lavouras permanentes: **2,0** ha
- Preservação Permanente (mata): **5,0** ha
- Reflorestamento: **2,2** ha
- Capoeiras: **0,0** ha
- Áreas alagadas: **0,0** ha
- Solos improdutivos: **0,0**ha
- Instalações: **0,3** ha.
- Estradas: **0,2** ha.
- Rios: **0,0** ha.
- Pastagens: **8,3** ha.
- Outras atividades: **0,0** ha.
- Área total da propriedade: **29,0** ha.

5. Descreva a sua propriedade em relação aos itens apresentados:

5.1 Produção Vegetal:

A) Todas as culturas são produzidas de forma ecológica. No caso de haver produção convencional, como é feita a separação/isolamento das áreas?

Não. A área 1 é isolada com árvores e a área 9 não é feita separação.

B) Qual a origem das sementes e mudas utilizadas na propriedade? (Se as sementes são de origem ecológica e quanto das sementes são produzidas na propriedade).

- Grãos: Arroz e o feijão - sementes produzidas na propriedade. Milho - híbridas.

- Hortaliças-sementes de origem convencional.

- Pomar-mudas de origem convencional.

C) No caso de uso de cama de aviário, que tratamento é dado a esta antes de ser aplicada?

Passamos a utilizar cama de aviário em substituição aos adubos químicos, e quanto ao tratamento não é realizado nenhum. A partir de agora pretendemos fazer compostagem em pilhas, sobre a adubação verde ou deixa-la fermentar por 3 meses.

D) Quais as práticas de conservação do solo (cobertura verde, rotação de culturas, revolvimento do solo, plantio em nível, etc.) que são utilizadas?

Cobertura verde, rotação de cultura e plantio direto.

5.2 Produção animal:

Alimentação e tratamentos

Tipo de animal	Alimentação (%)		Medicamentos(%)	
	Ecológica	Convencional	Ecológica	Convencional
Aves	50	50	00	00
Cavalo	80	20	00	00
Caprino	50	50	00	00

A) Qual o tratamento e o destino dos resíduos gerados pelas criações animais?
 Feito o curativo na esterqueira e, após curado, é utilizado na lavoura.

B) Você acha que os animais criados em sua propriedade vivem em condições adequadas? Sim ou não e por quê?

Sim. Os animais vivem em condições adequadas, pois os mesmos são criados soltos de forma extensiva e bem alimentados. O que precisa ser melhorado é o tratamento quando ficam doentes, pois é feito com medicamentos convencionais.

5.3 Produtos e insumos adquiridos de fora da propriedade:

(X) Sementes (X) Esterco (X) Agrotóxicos (X) Adubos minerais (X) Calcário () Sais para biofertilizantes (X) Medicamentos para animais (X) Outros Quais?

Embalagens para a agroindústria

Açúcar cristal orgânico.

5.4 Depósito de insumos e ferramentas:

No caso de produção ecológica e produção convencional como é feita a separação de materiais que são utilizados para uma atividade orgânica e outra convencional.

Ferramentas: não são separadas (são usadas as mesmas), os agrotóxicos são separados em um armário específico.

5.5 Beneficiamento da produção (agroindústrias):

A) Quais produtos são beneficiados na agroindústria?

Doce de abóbora (ecológico), doce de laranja (convencional), conserva de pepino e queijo.

B) Na agroindústria ocorre a produção de produtos ecológicos? Como é feita a separação dos produtos ecológicos e dos convencionais na fabricação? E a limpeza dos equipamentos entre o processamento de convencionais e ecológicos?

Sim. O leite utilizado na produção de queijo está em conversão. Por ser produto de origem animal, o leite é beneficiado com equipamentos diferentes daqueles utilizados para produtos de origem vegetal.

Quanto ao doce de laranja, a fruta está em transição e o açúcar é branco (convencional). Este é feito em outros dias da semana para não coincidir com a produção do doce ecológico. Os utensílios são bem lavados para não ficar resíduos.

C) Na fabricação de produtos ecológicos é utilizado algum ingrediente não ecológico? Qual a porcentagem?

Sim. Na conserva de pepino, o vinagre é convencional. Utiliza-se 15% do peso total da conserva, ou seja, 150 gramas a cada 1000 gramas.

- 600 g de pepino ecológico
- 150 g de vinagre não ecológico
- 50 g de cebola ecológica

- 5 g de folha de louro ecológico
- 30 g de sal marinho
- 165 g de água

Cálculo da porcentagem de ingredientes ecológicos:

Ingredientes Ecológicos:

(600g de pepino + 50g de cebola + 5g de louro)=655g

Ingredientes Totais:

(ingredientes ecológicos + 150g de vinagre) = 805g

% Ingredientes Ecológicos =

$$655g : 805g \times 100 = 81,4\%$$

Obs: Água e sal não entram nos cálculos

Com relação ao uso do selo Ecovida no rótulo:

1. Mais de 95% de ingredientes ecológicos: **Pode usar o selo Ecovida**

2. De 70 a 95% de ingredientes ecológicos: **Pode colocar no rótulo os seguintes dizeres: Produto com Ingredientes Ecológicos, mas não usar o selo.**

3. Com menos de 70% de ingredientes ecológicos: **Produto é considerado convencional**

Neste caso, a conserva de pepino **Não pode utilizar** o selo ecológico Ecovida, mas sim apenas colocar no rótulo: **Produto com Ingredientes Ecológicos**, pois a porcentagem de ingredientes ecológicos é de **81,4%**.

D) Quais os tipos de embalagens utilizadas (plásticos, vidros, etc.)

Plástico e vidro.

E) Quais produtos são utilizados para a limpeza? Algum dos produtos não são biodegradáveis, ou causam algum prejuízo ao meio ambiente ou a saúde do manipulador?

Água sanitária, álcool, detergente, soda cáustica (p/ fabricar sabão caseiro).

F) Como é feito o tratamento e o qual o destino dos efluentes? Vai para fossa séptica.

G) Qual o tratamento e qual o destino do lixo orgânico? Para os canteiros de hortaliças.

5.6 Manejo da vegetação nativa e proteção das águas

A) Quanto da área da propriedade é coberta por vegetação nativa?

17% em mata nativa. Pretendemos incrementar em 1% ao ano p/ chegar a 20%.

B) Como as fontes e nascentes estão protegidas? Qual o plano de recuperação da vegetação nativa entorno das fontes e nascentes?

Nossa nascente é protegida por mata nativa.

5.6 Manejo da vegetação nativa e proteção das águas

A) Quanto da área da propriedade é coberta por vegetação nativa?

17% em mata nativa. Pretendemos incrementar em 1% ao ano p/ chegar a 20%.

B) Como as fontes e nascentes estão protegidas? Qual o plano de recuperação da vegetação nativa entorno das fontes e nascentes?

Nossa nascente é protegida por mata nativa.

5.7 Manejo do Lixo

A) Qual o tratamento/destino do lixo seco produzido na propriedade?

Os frascos dos agrotóxicos são devolvidos para a agropecuária.

Vidros são reaproveitados e o restante é queimado.

B) Qual o tratamento/destino dos efluentes líquidos (esgoto da cozinha e do banheiro) produzido na propriedade?

Vão para a fossa séptica.

5.8 Relações de Trabalho

A) Quem trabalha nas atividades da propriedade?

A família.

B) No caso de contratação de mão-de-obra os trabalhadores possuem boas condições de trabalho? Estes são remunerados de forma adequada?

Ela acontece como diárias ou na base da troca de serviço com os vizinhos.

C) No caso de acidentes de que forma a família se responsabiliza pelo trabalhador?

Não se responsabiliza, pois as contratações são informais.

D) As crianças e adolescentes estão na escola? O trabalho na propriedade compromete de alguma forma o desempenho e a permanência destes na escola?

Eles estão na escola. O trabalho eventual na propriedade não atrapalha o desempenho, porque é feito depois dos estudos. Nós entendemos a importância do estudo para eles.

III- COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ECOLÓGICOS:

Liste os principais tipos, quantidades aproximadas e época de colheita dos produtos produzidos **ECOLOGICAMENTE** em sua propriedade/empreendimento que é comercializado (NÃO PRECISA listar o que é consumido pela família).

Tipos de produto		Quantidade aproximada (Kg)	Época do ano (mês - mês)
OLERÍCOLAS (Hortaliças, raízes, tubérculos, tomate, cebola, etc)			
1.	Aipim	4 toneladas	Todo Ano
2.	Alface	300 pés / mês	Março - dezembro
3.	Repolho	100 pés / mês	Abril - outubro
4.	Rúcula	200 pés / mês	Março - dezembro
5.	Brócolis	180 pés / mês	Julho - setembro
6.	Cenoura	30 Kg / mês	Todo Ano
7.	Beterraba	25 Kg / mês	Julho - outubro
8.	Pepino	20 Kg / mês	Dezembro - fevereiro
9.	Tomate	90 Kg / mês	Dezembro - abril
10.	Couve-flor	60 pés / mês	Julho - dezembro
11.	Abóbora	700 Kg	Dezembro - março
12.			
13.			
14.			
15.			
FRUTAS			
1.			
2.			
3.			
GRÃOS			
1.			
2.	Feijão	40 sacas	INVERNO
3.			
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL			
1.			
2.			
3.			
PRODUTOS ECOLÓGICOS PROCESSADOS (geleias, sucos, compotas, doces, açúcar, melado, pães, prod. de origem animal,...)			
1.	Doce de abóbora	50 Kg/mês	Todo Ano
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			

B) Qual a porcentagem de venda dos produtos nos mercados listados abaixo:

MERCADO	(%)
Feiras Livres	60
Cestas ou sacolas	-
Como matéria-prima para agroindústria ecológica	-
Como matéria-prima para agroindústria ecológica	-
Para intermediários	10
Para outros agricultores	-
Supermercados	10
Mercado Institucional (creches, hospitais, escolas, etc)	20
Exportação	-
Outros mercados (lojas de produtos naturais, cooperativas, etc)	-
TOTAL	100

C) Outras questões (dê outras informações que você julga importante).

IV TRANSIÇÃO PARA A PROPRIEDADE 100% ECOLÓGICA

A) De uma maneira geral, no que você acha que a sua propriedade precisa melhorar para que se torne mais ecológica?

1. Não usar mais agrotóxicos nem adubos químicos,
2. Recompôr o mínimo de 20% da mata nativa,
3. Utilizar medicamentos alternativos para os animais,
4. Não comprar adubo orgânico de fora,
5. Diversificar a produção.

B) Apresente um plano de conversão para aqueles aspectos que a sua propriedade precisa melhorar. Neste plano você indicará, ano a ano, as mudanças que serão realizadas. **Se você ainda utiliza agrotóxicos e adubos químicos, é aqui que você mostrará como e quando deixará de usa-los.**

PERÍODOS

Inverno: De abril a setembro

Verão: De outubro a março

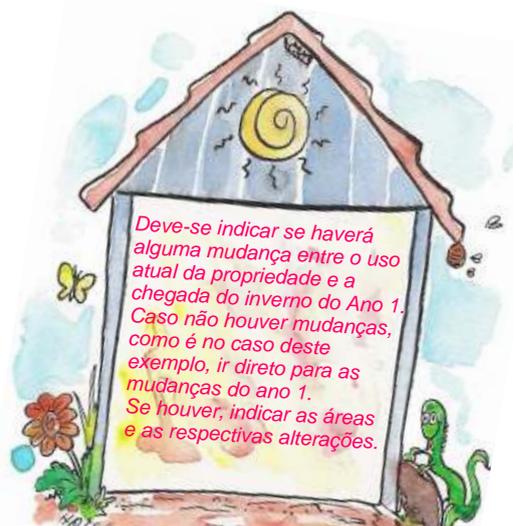
ANO "0" (até o início do próximo inverno do Ano 1):

ANO 1, ANO 2 e ANO 3:

Conforme o quadro na página seguinte.

ANOS SEGUINTE:

Colocar, em cada área, o resumo daquilo que será realizado na propriedade.



Mudanças em geral na propriedade (resumo):

Item	Ano 1	Ano 2	Ano 3
5.1	Isolar a área 9 com capineira		
5.2		Passar a alimentação das aves e bovinos para 80% ecológica.	Passar a alimentação das aves e bovinos para 90% ecológica.
	Passar a alimentação das aves e bovinos para 70% ecológica.	Tratar as aves com fitoterapia	Tratar os bovinos com fitoterapia
5.4	Comprar um pulverizador específico para a agroecologia e limpar as ferramentas.		
5.5	Neste ano o leite já será ecológico e o queijo também.	Neste ano, as frutas já serão ecológicas e os doces serão feitos com açúcar ecológico.	
5.6	Queremos fazer proteção de fontes (modelo Caxambu).		Iremos recompôr os 20% de mata na área de pastagem
5.7	Encontrar uma melhor opção à queima do lixo.		Conhecer melhor a proposta de aproveitamento de águas

Plano de Conversão das Áreas

Área	Ano 1		Ano 2		Ano 3	
	Inverno	Verão	Inverno	Verão	Inverno	Verão
1	*Cobertura verde, aveia e ervilhaca. *Não vai ser passado herbicidas	*Milho *Sementes críoulas *Uréia	*Continuaremos com cobertura verde, aveia e ervilhaca e adubação orgânica (esterco) *Não usar uréia	*Continuaremos a utilizar milho crioulo	Neste ano começaremos a rotação de culturas com: Batata, mandioca, feijão com aplicação de adubos orgânicos	Agora faremos rotação de culturas com: Arroz, mandioca, abobora com aplicação de adubos orgânicos
3	Como já não mais utilizamos herbicidas faremos roçadas e podas.	Como já não mais utilizamos herbicidas faremos roçadas.	Além das roçadas começaremos a adubação verde e podas no Kiwi	Além das roçadas começaremos a adubação verde	Sobressemeadura de adubação verde	Sobressemeadura de adubação verde
5	Como já não utilizamos mais herbicidas há um ano começaremos a implantação de piquetes para rotação de pastoreio	Como já não utilizamos mais herbicidas há um ano começaremos a implantação de piquetes para rotação de pastoreio	Continuaremos com a implantação dos piquetes e iniciaremos a sobressemeadura de: aveia, azevém, trevo branco e vermelho	Continuaremos com a implantação dos piquetes e iniciaremos a sobressemeadura de: aveia, azevém, trevo branco e vermelho	Faremos a rotação de piquetes e sobressemeadura de: aveia, azevém, trevo branco e vermelho	Rotação de piquetes e plantio de árvores
8	Adubação verde	Adubação verde	Adubação verde	Milho	Adubação verde	Feijão
9	Batata com agroquímicos	Adubação verde	Batata com adubo e sem agrotóxico	Adubação verde	Adubação verde	Milho

Termo de Compromisso do(a) agricultor(a): Eu, Jonas Silveira, afirmo que as informações acima são verdadeiras e me comprometo a cumprir o acima proposto, reconhecendo que posso perder o certificado e o direito ao uso do selo Ecovida de acordo com as normas. Comprometo-me, também, a buscar esclarecimentos quanto às técnicas e produtos duvidosos ou proibidos junto à comissão de ética de meu grupo ou do conselho de ética do Núcleo Regional antes de praticá-las.

Assinatura: Jonas Silveira

Glossário de termos

(DICIONÁRIO)

A

- **Anuidades:** Valor cobrado uma vez por ano de cada membro da Rede para o desenvolvimento de atividades de interesse geral da Ecovida. Foi definido que 50% do valor permanece no Núcleo Regional que o associado integra e os outros 50% vão para o caixa da Rede.
- **Associado ou Membro:** Cada organização (grupo, cooperativa, associação, ONG, processadora, comercializadora) ou colaborador (indivíduo) filiado a Rede é considerado um membro da Rede.
- **Associação Ecovida de Certificação Participativa:** Instância legalmente constituída responsável final pelo processo de certificação perante a legislação. Esta será acionada quando todo o processo de certificação nacional estiver concluído.

C

- **Cadastro de Filiação:** Conjunto de informações fornecidas que, juntamente com o pagamento da anuidade, permitirá o ingresso de uma nova organização ao Núcleo Regional e à Rede Ecovida de Agroecologia.
- **Comissão de Ética:** grupo de pessoas responsável pelo cumprimento das normas da Rede Ecovida dentro de certo grupo, associação ou cooperativa de agricultores. Sugere-se que as Comissões de Ética dos grupos sejam compostas por pelo menos 3 pessoas e que haja rotatividade entre os componentes do grupo para ocupar esta função.
- **Conselho de Ética:** grupo de pessoas responsável diretamente pelo processo de Certificação Participativa em cada Núcleo Regional. Cada Núcleo possui autonomia para definir a estrutura do Conselho de Ética. Sugere-se a presença de agricultor, técnico e consumidor na sua composição.

- **Coordenação:** conjunto de representantes de cada Estado onde a Rede Ecovida atua.
- **Coordenação Ampliada ou Plenária de Núcleos:** Representantes de todos os NR's da Rede Ecovida que se encontram esporadicamente para definir questões importantes que atingem toda a Rede.

E

- **Encontro Ampliado:** Reunião de conagraçamento, intercâmbio e instância máxima de decisão da Rede Ecovida de Agroecologia. Ele é realizado 1 vez a cada 2 anos.

F

- **Formulário para Requerimento da Certificação:** É o conjunto de informações referentes ao empreendimento que solicita a certificação para o NR. Cada família ou unidade produtiva preenche um formulário, o qual é alisado pelo Conselho de Ética do Núcleo antes da visita e levado durante a visita e o monitoramento da certificação.



I

- **IN 007/99:** Instrução Normativa nº 007 de maio de 1999 publicada pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Ela trata da produção, processamento, certificação, rotulagem e transporte de produtos orgânicos.
- **IN 006/02:** Instrução Normativa nº 006, publicada em janeiro de 2002 pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Ela trata do credenciamento das instituições certificadoras de produtos orgânicos.

L

- **Lei nº 10.831:** Lei da Agricultura Orgânica aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em dezembro de 2003.
- **Logotipo:** marca da Rede Ecovida de Agroecologia para ser colocada nos materiais formativos e de divulgação.

N

- **Normas de Organização e Funcionamento:** Conjunto de procedimentos elaborado de forma participativa nos encontros da Ecovida que contém o conceito, princípios e objetivos da Rede, bem como os critérios para adesão.
- **Normas de Produção:** Conjunto de critérios e procedimentos desejados, restritos e proibidos na produção ecológica que devem ser seguidos para a obtenção do certificado Ecovida.
- **Núcleo Regional:** Unidade funcional da Rede. Reúne os membros da Rede de uma determinada região.

P

- **Período de Conversão:** Espaço de tempo, em meses ou anos, entre a data da última aplicação/utilização de algum produto ou prática proibida pelas normas e o início da prática agroecológica, até a data que o primeiro cultivo pode ser certificado como ecológico. Este tempo é de 18 meses nas normas da Rede Ecovida, podendo ser aumentado ou diminuído de acordo com a utilização anterior da área a ser certificada.
- **Plano de Conversão:** Conjunto de atividades previstas de serem realizadas nos anos que se seguem a fim de chegar a uma propriedade 100% ecológica.

S

- **Selo:** Certificado de qualidade emitido pela Rede Ecovida para ser fixado nos produtos ecológicos.



Anexos

ANEXO 1- PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

No que se refere à produção vegetal, entende-se por produto ecológico aquele que é produzido sem a utilização de adubos químicos sintéticos solúveis, de agrotóxicos e de organismos geneticamente modificados (sementes e mudas transgênicas, etc), e que sejam produzidos de acordo com as Regras Gerais de Manejo das Propriedades, apresentadas anteriormente.

- Quanto aos produtos utilizados e as técnicas de produção:

A proteção dos cultivos (manejo de insetos, de doenças e de ervas) deverá se realizar mediante a adoção de insumos e técnicas que possibilitem:

- a) O incremento da biodiversidade no sistema produtivo;
- b) Seleção de espécies, variedades e cultivares resistentes;
- c) Meios mecânicos de controle;
- d) Rotação de culturas;
- e) Alelopatia;
- f) Controle biológico (excetuando-se aqueles que são realizados através de Organismos Geneticamente Modificados/transgênicos);
- g) Integração animal e vegetal;
- h) Outras medidas mencionadas nos **itens 1.1 e 1.2**.

No **item 1.1** apresentamos os adubos e condicionadores de solos que tem uso permitido. No **item 1.2** apresentamos os insumos e as técnicas de manejo que são permitidas, tolerados e de uso permitido desde que comprovada a sua necessidade, no controle de ervas, doenças e pragas.

Mesmo os produtos permitidos e tolerados devem ser utilizados com a perspectiva de que a necessidade de seu uso seja reduzida ao máximo possível. Produtos lançados no mercado deverão ter o aval do comitê técnico da Rede para que tenham o seu uso liberado.

- Sementes e Materiais de Propagação Vegetal

As sementes e as mudas deverão ser oriundas de sistemas orgânicos/ecológicos. Não existindo no mercado sementes e mudas oriundas de sistemas orgânicos, o produtor pode lançar mão de sementes e mudas não orgânicas/ecológicas desde que avaliadas pelo Conselho de Certificação e desde que estas sementes e mudas não sejam transgênicas.

É terminantemente proibida a utilização de sementes e mudas transgênicas em toda a unidade de produção, inclusive naquela em período de conversão.

- Das Máquinas e dos Equipamentos

As máquinas e os equipamentos usados na unidade de produção não podem conter resíduos contaminantes.

Os pulverizadores e recipientes, de qualquer natureza e dimensão, utilizados para a preparação e aplicação de caldas devem ser de uso exclusivo à produção ecológica. Estes devem estar claramente identificados nas propriedades.

- Produtos de Atividades Extrativistas

Os produtos oriundos de atividades extrativistas serão certificados como ecológicos se estiverem adequados a

este documento e apresentem processos de extração que não comprometem o ecossistema e a sustentabilidade do recurso explorado.

1.1 Manejo dos solos

- **Exemplos de produtos permitidos (desde que livres de contaminantes):**
 - ✓ Composto orgânico;
 - ✓ Vermicomposto;
 - ✓ Restos orgânicos;
 - ✓ Estercos;
 - ✓ Adubação verde;
 - ✓ Biofertilizantes enriquecidos;
 - ✓ Microorganismos benéficos, aminoácidos ou enzimas, desde que não sejam OGM/transgênicos.

- **Produtos que são tolerados**

- ✓ Resíduos industriais, chifres, sangue, pó de osso, pêlos e penas, tortas, vinhaça e semelhantes, como complementos da adubação e fermentados;
- ✓ Algas e derivados, e outros produtos de origem marinha;
- ✓ Pó de serra, cascas e derivados, sem contaminação por conservantes;
- ✓ Cinzas e carvões vegetais;
- ✓ Pó de rochas;
- ✓ Argilas ou ainda vermiculita;
- ✓ Compostagem urbana, quando oriunda de coleta seletiva e comprovadamente livre de substâncias tóxicas;
- ✓ Fezes humanas, somente quando compostadas na unidade de produção e não empregadas no cultivo de olerícolas;

- **Produtos que podem ser utilizados desde que comprovada a sua necessidade**

- ✓ Termofosfatos;
- ✓ Sulfato de Potássio e Sulfato duplo de Potássio e Magnésio - este de origem mineral natural;
- ✓ Sulfato de Magnésio;
- ✓ Micronutrientes não fermentados;
- ✓ Carbonatos, como fonte de micronutrientes;
- ✓ Cama de aviário: compostadas - em pilhas ou sobre a adubação verde; ou fermentadas e aplicadas 6 meses antes do plantio de culturas anuais ou 3 meses antes da brotação de pomares;
- ✓ Esterco de animais não criados ecologicamente: Curtidos por 6 meses ou compostados por, no mínimo, 3 meses.

1.2 - Técnicas e produtos que podem ser utilizados como forma de proteção aos cultivos:

- ✓ Controle fisiológico (preparados que estimulem a resistência)
- ✓ Controle biológico;
- ✓ Ferormônios, desde que utilizados em armadilhas;
- ✓ Armadilhas para insetos;
- ✓ Armadilhas anti-coagulantes para roedores;
- ✓ Repelentes naturais (materiais repelentes e expulsantes).
- ✓ Enxofre simples e suas preparações;
- ✓ Um terço de sulfato de alumínio e dois terços de argila (caulim ou bentonita) em solução a 1%;

- ✓ Sais de cobre, na fruticultura;
- ✓ Própolis;
- ✓ Cal hidratada - como fungicida;
- ✓ Iodo;
- ✓ Extratos de plantas;
- ✓ Homeopatia;
- ✓ Calda Bordalesa (**tolerado**);
- ✓ Calda Sulfocálcica (**tolerado**);
- ✓ Extratos de insetos;
- ✓ Emulsões oleosas (sem inseticidas químico-sintéticos);
- ✓ Sabão de origem natural;
- ✓ Pó de café;
- ✓ Gelatina;
- ✓ Pó de rochas;
- ✓ Álcool etílico;
- ✓ Terras diatomáceas, ceras naturais, própolis e óleos essenciais;
- ✓ Como solventes: álcool, acetona, óleos vegetais e minerais;
- ✓ Como emulsionantes: lecitina de soja - não transgênica;
- ✓ Preparados viróticos, fúngicos e bacteriológicos, que não sejam OGM/transgênicos (**tolerado**).

ANEXO 2 - PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Para que um produto de origem animal seja considerado ecológico é necessário que as propriedades:

- Busquem uma redução constante da dependência de recursos externos na alimentação, no trato da saúde, e na higienização dos animais;
- Respeitem o bem-estar animal, e que mantenham a higiene necessária à saúde dos animais e à qualidade dos produtos.
- Adotem técnicas preventivas de controle da saúde dos animais;
- Ofereçam uma alimentação nutritiva, sadia e farta, incluindo-se a água, sem a presença de aditivos químicos e/ou estimulantes;
- Disponham de instalações que sejam higiênicas e confortáveis; Utilizem raças, cruzamentos e melhoramento genético, compatíveis com as condições ambientais e que permitam a manutenção e o estímulo a biodiversidade animal.
- Adquiram animais preferencialmente, em criações orgânicas/ecológicas. No caso de aquisição de animais de propriedades convencionais, estes devem ser incorporados a criação ecológica, com a idade mínima em que possam ser recriados sem a presença materna. Nestes casos os animais devem passar por um período de desintoxicação, definido pelo Núcleo Regional, antes de serem comercializados.
- É terminantemente proibida a criação de animais que tenham sido modificados geneticamente (transgênicos);
- São permitidas todas as vacinas previstas por Lei.
- Transporte, pré-abate e o abate dos animais devem seguir princípios humanitários e de bem estar animal, assegurando a qualidade sanitária da carcaça.

Entende-se por bem estar animal, permanecer o mesmo livre de dor, de sofrimento, angústia e viver em um ambiente em que permita ao animal a manutenção de seu comportamento natural: movimentação, territorialidade, vadiagem, descanso, e ritual reprodutivo.

Excepcionalmente, para garantir a saúde ou quando houver risco de vida de animais, na inexistência de substituto permitido, poderão ser utilizados medicamentos convencionais. A carência estipulada pela bula do produto deverá ser multiplicada pelo fator três (3), podendo ainda ser ampliado de acordo com a situação verificada.

A seguir são apresentadas as condutas desejadas, as técnicas permitidas, as técnicas não permitidas, os insumos que podem ser adquiridos, e as regras de higiene e desinfecção.

- **Condutas desejadas:**
 - ✓ Auto-suficiência alimentar ecológica;
 - ✓ Criação a campo;
 - ✓ Abrigos naturais com árvores e quebra-ventos;
 - ✓ Conservação das forragens com silagem ou fenação (desde que de origem ecológica);
 - ✓ Mineralização com sal marinho;
 - ✓ Suplementos vitamínicos: óleo de fígado de peixe e levedura;
 - ✓ Aditivos permitidos: algas calcinadas, plantas medicinais, plantas aromáticas, soro de leite e carvão vegetal;
 - ✓ Suplementação com recursos alimentares, provenientes de unidade de produção ecológica;
 - ✓ Aditivos para arraçoamento: leveduras e misturas de ervas e algas;
 - ✓ Aditivos para silagem: açúcar mascavo, cereais e seus farelos, soro de laticínio e sais minerais;
 - ✓ Homeopatia, fitoterapia e acupuntura.
- **Técnicas permitidas:**
 - ✓ Uso de equipamentos de preparo de solo que não impliquem na alteração de sua estrutura, na formação de pastagens e cultivo de forragens, grãos, raízes e tubérculos;
 - ✓ Aquisição de alimentos não certificados orgânicos;
 - ✓ Monogástricos: Até 20% do total da matéria seca e
 - ✓ Ruminantes: Até 15% do total da matéria seca;
 - ✓ Aditivos, óleos essenciais, suplementos vitamínicos e sais minerais;
 - ✓ Suplementos de aminoácidos;
 - ✓ Amochamento e castração;
 - ✓ Inseminação artificial.
- **Técnicas não permitidas:**
 - ✓ Fogo no manejo de pastagens;
 - ✓ Confinamentos que contrariem o bem estar animal;
 - ✓ Descorna e outras mutilações;
 - ✓ Animais geneticamente modificados (transgênicos);
 - ✓ Uréia na alimentação;
 - ✓ Uso de qualquer tipo de esterco na alimentação;
 - ✓ Restos de abatedouros na alimentação;
 - ✓ Transferência de embriões.
 - ✓ Qualquer tipo de substância sintética que tenha o objetivo de promover o crescimento, estimular a alimentação, a engorda e a reprodução.
 - ✓ Produtos químicos sintéticos no controle de doenças e de parasitas.
- **Insumos que podem ser adquiridos fora da unidade de produção, segundo a espécie animal e sob orientação da assistência técnica e do Núcleo Regional:**
 - ✓ Silagem, feno, palha, raízes, tubérculos, bulbos e restos de culturas ecológicas;
 - ✓ Cereais e outros grãos e seus derivados;
 - ✓ Resíduos industriais sem contaminantes;

- ✓ Melaço;
- ✓ Leite e seus derivados;
- ✓ Gorduras animais e vegetais;
- ✓ Farinha de osso calcinada ou autoclavada
- ✓ Farinha de peixe.

• **Higiene e desinfecção:**

- ✓ Adotar programas sanitários com bases profilática e preventiva;
- ☉ Realizar limpeza e desinfecções com agentes comprovadamente biodegradáveis: sabão, sais minerais solúveis, permanganato de potássio ou hipoclorito de sódio, em solução 1:1000, cal, soda cáustica, ácidos minerais simples (nitríco e fosfórico), oxidantes minerais em enxágües múltiplos, creolina, vassoura de fogo e água.

Anexo 3 - Produtos ecológicos processados

Produto ecológico processado é aquele cuja matéria-prima é de origem ecológica, que durante o processo de fabricação não teve a adição de produtos não permitidos e que não foi contaminado, através dos equipamentos e das embalagens, por substâncias indesejáveis.

• **Quanto à matéria-prima utilizada:**

Poderá ser certificado como produto processado orgânico, aquele cujo componente principal seja de origem orgânica. Os produtos com mais de um (1) ingrediente deverão apresentar um mínimo de 95% de ingredientes de origem orgânica/ecológica, para serem rotulados como produtos ecológicos;

Os produtos compostos que apresentarem um mínimo de 70% de ingredientes de origem ecológica, serão rotulados como produtos com ingredientes ecológicos, devendo constar as proporções dos ingredientes ecológicos e não ecológicos;

Água e sal adicionados não poderão ser incluídos no cálculo do percentual de ingredientes ecológicos;

Todas as matérias-primas deverão estar listadas no rótulo do produto em ordem de peso percentual, de forma a ficar claro quais os materiais de origem ecológica e quais os que não o são. Quando o percentual de ervas e condimentos for inferior a 2%, esses poderão ser listados como "temperos";

Quanto houver a presença de aditivos estes devem ser declarados no rótulo. Todos os aditivos devem ser declarados com seu nome completo.

• **Quanto à utilização de aditivos:**

O uso de aditivos só é permitido nas seguintes situações:

Quando não existir a possibilidade de conservação e estabilidade dos produtos sem a utilização do aditivo;

Quando não for empregada dose maior do que a recomendada para o respectivo aditivo;

Quando for necessário para manter o valor nutritivo, e para fornecer aos produtos consistência e aspectos desejáveis.

A seguir são apresentados os aditivos permitidos no processamento de produtos certificados pela Rede Ecovida.

Aditivos para processamento e outros produtos que podem ser usados na produção ecológica

Sistema Internacional de Numeração	Produto	Limitação
INS 170	Carbonato de cálcio	
INS 181	Taninos	Na produção de vinhos
INS 184	Ácido tânico	Na filtração de vinhos
INS 220	Dióxido de enxofre	Na produção de vinhos
INS 224	Metabissulfito de potássio	Na produção de vinhos
INS 270	Acido láctico	
INS 290	Dióxido de carbono	
INS 300	Ácido ascórbico	
INS 306	Tocoferóis, misturas de concentrados naturais	
INS 322	Lecitina	
INS 330	Acido cítrico	
INS 331	Citrato de sódio	
INS 332	Citrato de potássio	
INS 333	Citrato de cálcio	
INS 334	Acido tartarico	Na produção de vinhos
INS 335	Tártarato de sódio	
INS 336	Tártarato de potássio	
INS 341	Fosfato monocalcico	Somente para farinha como fermento
INS 342	Fosfato de amônio	Restringido a 0.3g/l no vinho
INS 400	Ácido alginico	
INS 401	Alginato de sódio	
INS 402	Alginato de potássio	
INS 406	Ágar	
INS 407	Carragenina	
INS 410	Goma de falsa acácia	
INS 412	Goma guar	
INS 413	Goma tragacanto	
INS 414	Goma arábica	Somente para produtos lácteos, produtos a base de gordura, confeitaria, doces, ovos
INS 415	Goma xantana	Somente para produtos a base de gordura, frutas, vegetais, tortas e biscoitos.
INS 440	Pectina	
INS 500	Carbonato de sódio	
INS 501	Carbonato de potássio	
INS 503	Carbonato de amônio	Somente para cereais, confeitaria, tortas e biscoitos
INS 504	Carbonato de magnésio	
INS 508	Cloreto de potássio	
INS 509	Cloreto de cálcio	
INS 511	Cloreto de magnésio	Somente para produtos de soja

